

JOGOS E HQ'S PARA O TRABALHO DE EDUCAÇÃO SEXUAL: PRÁTICAS EDUCATIVAS E DE RESISTÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.

Maria Laura da Silva Vidal ¹

Jairo Barduni Filho ²

RESUMO

O presente trabalho expõe de maneira sistemática materiais didáticos desenvolvidos na disciplina optativa ofertada ao curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), campus Barbacena, intitulada Educação Sexual para o Trabalho em Sala de Aula. Essa disciplina teve como foco principal proporcionar subsídios teóricos e práticos aos futuros docentes, a fim de que se sintam preparados para lidar com temas relacionados à sexualidade no ambiente escolar. O trabalho tem por objetivo propor a articulação entre os principais e mais relevantes estudos presentes no campo da educação sexual e da prática pedagógica, além da multiplicação, divulgação e potencialização dos resultados obtidos entre educadores, licenciandos e comunidade acadêmica. A apresentação das propostas foi sustentada por uma metodologia de revisão bibliográfica e enriquecida por discussões teóricas com base em autores como Butler (2016), Friedan (2020), Furlani (2011), entre outros que dialogam com temas como identidade de gênero, diversidade sexual e direitos humanos. A análise dos dados preliminares revelou o potencial dessas práticas para promover reflexões críticas sobre sexualidade, gênero e respeito à diversidade no contexto escolar. Como resultados obtidos, observou-se que a abordagem adotada favorece a formação docente crítica e sensível às demandas sociais contemporâneas, contribuindo para a consolidação de uma educação sexual libertadora e comprometida com os direitos humanos. Além disso, assegura o acesso a alternativas lúdicas, desenvolvidas com respaldo teórico, para a efetivação do trabalho com a Educação Sexual em sala de aula.

Palavras-chave: Educação sexual, Recursos didáticos, Formação docente, Diversidade

INTRODUÇÃO

De acordo com Bueno e Ribeiro (2018), no Brasil, a educação sexual é alvo de debates e disputas há cerca de 30 anos, desde que os debates sobre o tema e sua importância para sociedade se intensificaram. Muitos autores dedicaram-se, a partir de então, a traçar o perfil histórico, político e metodológico da educação sexual no país, buscando compreender sua evolução, desafios enfrentados e perspectivas futuras.

Quando aplicada em seus moldes progressistas — abordagem dos direitos humanos; abordagem emancipatória; abordagem dos direitos sexuais e abordagem queer (Furlani, 2011) — a educação sexual pode assegurar aos indivíduos uma formação

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, maria.0794112@discente.uemg.br;

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora e professor do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - unidade de Barbacena. jairobardunifilho@gmail.com

integral e viabilizar condições para o exercício pleno da cidadania, eis então a importância de incluí-la nos currículos educacionais. (Furlani, 2011)

Todavia, sendo o currículo um território de disputa política, é natural observarmos em sua constituição o privilégio de determinados conteúdos em detrimento de outros. Colocando sob perspectiva a versão final e promulgada da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), notamos que são raras as menções a educação sexual e a termos relativos na redação do documento, e quando demonstrados, nas habilidades e objetivos de ensino, são em maioria relacionados a aspectos biológicos e higienistas (Vicente, 2023)

No que cerne a disputa política em âmbitos educacionais, podemos exemplificar um dos cenários desses conflitos a partir do Movimento Escola Sem Partido que desde 2015 configura-se enquanto um projeto político de cunho pedagógico instituído pela Lei nº 867/2015. Para Algebaile (2017) as ações e ideologias propostas por tal organização podem ser definidas enquanto um conjunto de esforços que visam a vigilância dos processos pedagógicos com o intuito de conter e monitorar o que seus idealizadores entendem como a “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras” ou como “práticas de doutrinação”.

Diante disto, é fundamental frisar que o Movimento Escola Sem Partido julga doutrinárias todas as ações pedagógicas presentes no âmbito escolar, desde os conteúdos dos materiais didáticos às aulas ministradas pelo professor, que não estejam em consonância com as “convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas das famílias” (Algebaile, 2017. p. 67) ademais, tal organização opõe-se veementemente que, no processo formativo, a educação promova discussões que abordem criticamente as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as que versam sobre temas como gênero, orientação sexual e modelos familiares não tradicionais (Algebaile, 2017).

Cabe citar ainda que as proposições articuladas pelo Movimento Escola sem Partido apresentam um caráter inconstitucional uma vez que o pressuposto de “neutralidade”, tão propagado por essa iniciativa, é incompatível com o Estado Democrático de Direito, ao passo que contraria seus princípios fundamentais, como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. (art. 3º da Constituição) (Ximenes, 2016)

Com vistas ao contexto apresentado, o presente artigo discorre sobre 4 (quatro) atividades práticas idealizadas e realizadas no âmbito da disciplina optativa Educação Sexual para o Trabalho em Sala de Aula, ofertada ao curso de Pedagogia de uma universidade do interior de Minas Gerais, e ministrada por um docente da universidade no segundo semestre de 2024.

A proposição da elaboração de atividades práticas para docentes em formação, como as desenvolvidas nessa disciplina, configura-se como um espaço privilegiado e, ao mesmo tempo de resistência, com práticas pedagógicas que envolvem gênero, sexualidade, educação sexual para que os futuros professores possam experimentar, de forma concreta, a construção de sua prática pedagógica. A experiência de criar materiais didáticos sobre educação sexual permite que os licenciandos vivenciem a práxis e reflitam sobre ela, aproximando-se da perspectiva freireana de que “(...) A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.” (Paulo Freire, 1991, p. 58)

Contextualizando especificamente a educação sexual na formação de professores, é urgente ofertar aos futuros profissionais da educação uma base coerente e teórica para abordar a temática de forma ética, clara e respeitosa. É fundamental que em sua formação inicial e continuada, os professores tenham contato com os estudos e abordagens que dizem respeito ao trabalho com a Educação Sexual em Sala de Aula, para que desta forma possam articular, assim como oferecer aos seus educandos uma formação sólida integral, pautada em uma instrução que aborde os aspectos culturais, sociais, biológicos e afetivos da sexualidade. Essa proposta de ensino, norteou os fundamentos da disciplina anteriormente abordada.

As proposições de atividades supracitadas serão relatadas em detalhes nos tópicos a seguir. A elaboração dessas proposições foram pautadas na abordagem emancipatória da educação sexual, que objetiva o trabalho crítico e reflexivo sobre as questões relativas a diversidade, gênero, orientação sexual, relações sexuais, consentimento, estereótipos, etc; ao passo em que também promove a desnaturalização de violências e desigualdades, prevenindo episódios de abuso e exploração contra crianças e adolescentes e empoderando os indivíduos, preparando-os para o exercício da cidadania e agentes de mudança em suas vidas e comunidades.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico. Os levantamentos teóricos consideram os estudos dos principais autores do campo da educação sexual, como Jimena Furlani (2011), Louro (1997) e Butler (2016). A partir destes referenciais, foram elaborados materiais didáticos para o trabalho com a Educação Sexual em sala de aula, sobre os quais serão apresentados as formas de elaboração e desenvolvimento, assim como materiais utilizados.

REFERENCIAL TEÓRICO

É fato que desde sua instituição enquanto uma nação independente, o Brasil sofre e tem sofrido suscetíveis golpes ao longo de sua história política (Ribeiro; Palerm, 2016), dentre os quais podemos citar a constituição do Estado Novo de 1937-1945, a ditadura civil-militar de 1964-1985, o governo Bolsonaro de 2019-2022 - que apesar de instituído através de eleições democráticas, representa um período de grande regressão política com relação ao direitos sociais e de constantes ataques ao estado democrático - e o mais recente: a tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023.

As consequências de tais fatos culminam em uma democracia fragilizada. O processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff configura-se enquanto o processo de ruptura mais atual com o bloco progressista da política brasileira. Portanto se quisermos traçar o regresso a tempos reacionários em nossa política educacional, é prudente que comecemos por este ponto. A polarização política que sucedeu no Brasil. Podemos dizer que os últimos anos se tornaram ainda mais difíceis para que assuntos como gênero, sexualidade, raça, educação sexual fossem trabalhados em sala de aula, sabemos da dificuldade que é abordar assuntos que por vezes são colocados como responsabilidade familiar, bem como sabemos ainda que muitas famílias ainda oferecem uma educação sexual do silenciamento ou do conservadorismo através de uma abordagem religiosa radical ou moral-tradicionista gerando medos, proibições e interdições do discurso sobre a sexualidade e não trabalham com a informação enquanto uma cultura da prevenção, assim, não é difícil entender o motivo de muitos professores terem medo de trabalhar com esses assuntos em sala de aula.

O custo para quem ousa falar de uma educação sexual integral para a emancipação de crianças e jovens pode ser o enfrentamento de policiamento familiar e político com denúncias, processos administrativos e até judiciais, podemos dizer que a polarização política intensificou o repúdio às práticas voltadas para o trabalho com a

educação sexual, especialmente pelo fato dos professores terem de lidar com a propagação de *Fake News* especialmente durante o período da pandemia e que até os dias atuais vivemos um período de intensificação de desinformações. Contudo,

Professoras/es da Educação Infantil e do Ensino Fundamental podem começar a discutir a sexualidade preventiva, a partir das mudanças corporais e sociais decorrentes da puberdade, em atividades planejadas e sistemáticas de educação sexual, articulando em seu planejamento, além desses conteúdos, três outros temas transversais: saúde, pluralidade cultural e ética. (Furlani, 2011, p. 132)

Assim, pensando em uma formação de professores voltada para a cultura educacional da prevenção é que a disciplina optativa Educação Sexual Para o Trabalho em Sala de Aula oferecida no segundo semestre de 2024 no curso de Pedagogia de uma universidade do Interior de Minas Gerais, trouxe enquanto uma prática educativa de coragem e resistência, possibilidades didáticas para se trabalhar com a Educação Sexual na escola, a ideia foi justamente apresentar tais possibilidades para estudantes do curso de Pedagogia do sexto e oitavo período poderem levar consigo alguma formação no assunto para suas práticas docentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Jogo: Empoderamento feminino contra o apagamento e silenciamento histórico

Conforme elucidado por Louro (1997), a submissão historicamente imposta às mulheres, somada à segregação social e política, resulta na sua invisibilidade como sujeitos plenos. Nesse contexto, o silenciamento feminino emerge como consequência direta do sistema patriarcal, que historicamente perpetua a subalternidade de gênero. A divisão sexual do trabalho, que confina mulheres a papéis domésticos e subalternos, é um exemplo desse fato. Nesse sentido

as mulheres veem sua história dissolvida na história dos homens e, além disso, são silenciadas e esquecidas em determinadas fontes, evidenciando que grande parcela da humanidade parece furtar-se ao exame e a história tem grandes dificuldades em erigir essa multidão em objeto histórico. (Nikolas Corrent, 2022, p. 328)

De acordo com Michele Perrot (1995) foi só a partir do século XIX que as mulheres começaram a se fazer presentes na historiografia, ainda assim de maneira incipiente.

Anteriormente, a representação feminina nos relatos históricos se restringia a dos cronistas, e nessas

são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem. (Perrot, 1995, p. 13)

Com vistas a isso, a proposição jogo 'Who's She?' desenvolvido por Zuzia Kozerska-Girard em 2018, tem por finalidade promover o reconhecimento de figuras femininas que tiveram grande importância histórica e que por razões patriarcalistas foram silenciadas, subalternizadas em sua época e pouco retratadas atualmente. Essa versão do clássico jogo Cara a Cara, celebra 28 personalidades, que são enaltecidas por suas conquistas e contribuições sociais. O objetivo do jogo consiste em descobrir a identidade secreta de uma personagem feminina escolhida entre ícones históricos, artistas, cientistas e ativistas que por suas descobertas e participações são responsáveis pelas conquistas de direitos, avanço das tecnologias e melhoria nas condições de vida humana.

Assim como o clássico Cara a Cara, que conquistou gerações desde seu lançamento no Brasil pela Estrela em 1986, a proposta do jogo 'Who's She?' é desvendar o personagem misterioso do oponente. Cada participante seleciona um personagem secreto, e, através de perguntas estratégicas de sim ou não, busca eliminar as opções incorretas. O vencedor é aquele que primeiro identificar corretamente o personagem do adversário. Todavia, oposto ao jogo clássico que propõe perguntas relacionadas a aparência física dos personagens, a versão de Zuzia Kozerska-Girard preconiza perguntas relacionadas às conquistas e contribuições de suas personalidades.

A adaptação desenvolvida no âmbito da disciplina optativa supramencionada foi confeccionada a partir de materiais recicláveis e recebeu o nome de Cara a Cara Empodera, assim como na versão 'Who's She?' a adaptação buscou enfatizar as personalidades femininas históricas que foram responsáveis por feitos e contribuições nas mais variadas instâncias sociais e científicas a níveis nacionais e mundiais, o Cara a Cara Empodera traz em seu repertório as personalidades: a renomada escritora norte-americana e abolicionista Louisa May Alcott, a romancista inglesa Jane Austen, a escritora e educadora brasileira Nísia Floresta, a pintora mexicana Frida Kahlo, a cientista polonesa Marie Curie, a poetisa brasileira Cecília Meireles, a referendada escritora bell hooks, a feminista Maria Lacerda de Moura, a escritora judia e símbolo de resistência contra o antissemitismo Anne Frank, a imperatriz brasileira Maria Leopoldina, a química Rosalind

Franklin, a ativista brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, a ativista paquistanesa Malala Yousafzai e a filósofa e escritora Simone de Beauvoir.

O tabuleiro foi confeccionado com recursos simples e recicláveis a partir de uma base de papelão, bolinhas de isopor, palitos de churrasco, cartolinas e folhas A4. Abaixo de cada uma das imagens das personalidades dispostas de cada lado do tabuleiro, foi posicionado uma breve descrição sobre seu ano de nascimento e falecimento, quando esse último já estivesse concretizado, seus feitos e contribuições. O jogo foi idealizado para ser uma ferramenta lúdica e de concretização de conhecimentos para a sala de aula, sugere-se que antes de aplicá-lo a uma turma em potencial, que seus alunos sejam expostos ao tema do tabuleiro, as problemáticas de subalternidade feminina e silenciamento histórico. A faixa-etária mínima sugerida para os jogadores é de 10 anos. O produto final pode ser observado na imagem a seguir.

FIGURAS 1 e 2: Jogo Cara a Cara Empodera



Fonte: Arquivo Pessoal

Tirinha Transgredindo Estereótipos: uma proposta de desconstrução.

Para Judith Butler (2016) o conceito de gênero não pode ser restringido a uma compreensão dicotômica de “ser” ou “ter”, mas sim um conjunto de práticas e expressões que manifestam o masculino, o feminino e suas variações. Tais pluralidades envolvem dimensões sociais, cromossômicas, culturais, etc.

Nesse sentido somos levados a refletir quanto às determinações de gênero socialmente impostas, como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho. Se considerarmos que tais sanções são prescritas sobre um determinado sujeito ou grupo com base naquilo



que esse é ou tem, e quando tomamos vislumbre das dimensões culturais e sociais e do papel simbólico dessas idealizações, questionamos a validade lógica desse discurso.

Se gênero é uma norma, isso não equivale a um modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído. Como uma norma que aparece como independente das práticas que governa, sua idealidade é o efeito reinstituído dessas mesmas práticas. Isso sugere não apenas que a relação entre práticas e a idealização a partir das quais ela funciona é contingente, mas também que a própria idealização pode ser questionada e problematizada, potencialmente desidealizada e desinvestida. (Butler, 2016, p. 261 - 262)

Os moldes sociais que determinam quais atitudes e valores são prerrogativas femininas ou masculinas acabam por limitar a liberdade dos sujeitos especialmente em relação a sua atuação social. Aos meninos é requerida a demonstração de força e virilidade desde a mais tenra idade, os interesses masculinos, em uma perspectiva de dominação, precisam atrelar-se sempre a condições de liderança, a validação da autoridade frente ao feminino (Ivan Jablonka, 2021). Às mulheres, a expectativa é a da obediência.

Um discurso que tem reacendido entre os conservadores, acima de tudo no âmbito das redes sociais Tik Tok e Instagram é o da chamada 'Energia Feminina'. Seus idealizadores defendem a adoção de uma postura doméstica entre as mulheres, preconizam que a atuação feminina deve estar prioritariamente relacionada aos trabalhos de cuidado do lar, dos filhos e do marido. Esse tipo de conteúdo, produzido em suma por mulheres, envolve uma figura vestida com saias longas e rodadas, que prega a beleza e a dedicação ao lar como as maiores dádivas femininas. Em sua essência, esses ideais e suas motivações, foram anteriormente teorizados por Betty Friedan (2020) em sua obra 'Mística Feminina'.

Para a autora, os mecanismos de regulação feminina pautados na domesticidade da mulher, atuam como ferramentas de opressão que criam um "imaginário feminino". Essa imagem constitui uma mulher que é cuidadora, gentil, zelosa e mãe. Para Friedan (2020), essas tentativas de controle surgiram à época como resposta ao movimento das sufragistas e ao ideal de comportamento libertário instaurado a partir dele. Em tempos reacionários, essas tentativas de dominação que emergem para fazer frente aos ideais e conquistas progressistas, surgem com o objetivo de minar os direitos de públicos minoritários e manter as relações de opressão. "A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade. Afirma ainda que o

grande erro da cultura ocidental, no decorrer dos séculos, foi a desvalorização dessa feminilidade.” (Friedan, 2020, p. 40)

Ainda na perspectiva da autora, “A única maneira, tanto para o homem como para a mulher, de se encontrar a si mesmo é fazer um trabalho criativo pessoal.” (Friedan, 2020, p. 296) é com vistas ao propósito de transgredir os estereótipos de gênero e prover capacidade criativa libertária para os estudantes que a tirinha desenvolvida como resposta à proposta pedagógica anteriormente abordada foi idealizada. Com o objetivo de atuar enquanto recurso didático, textual e imagético na introdução dos debates acerca dos papéis de gênero socialmente impostos. O desenvolvimento do enredo dos quadrinhos pautou-se na divisão sexual do trabalho e pode ser usada em salas de aula da educação básica visando, como já preconizado, inaugurar debates críticos e questionamentos diante das idealizações de gênero.

Valorizando a linguagem lúdica e apresentando personagens autênticos, o quadrinho intitulado como "Transgredindo Estereótipos" institui uma ruptura com os padrões de gênero estabelecidos, oferecendo-lhes uma nova perspectiva. Através do cotidiano de uma sala de aula, a tirinha convida o público, principalmente adolescentes, a repensar seus valores e a construir uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um recurso para o ensino que pode despertar interesse dos estudantes uma vez que, os HQ's, tiras ou tirinhas como é popularmente conhecido são de conhecimento dos estudantes, de seu universo, seja tiras impressas em revistinhas ou encontradas nas redes sociais.

A tirinha foi produzida a partir dos recursos disponibilizados pela plataforma Canva em suas funcionalidades pro. Através de um design pré-estruturado, o quadrinho foi personalizado e seus elementos foram combinados de forma a retratar o ambiente de uma sala de aula, o enredo se inicia a partir de um debate acerca das “profissões”, a personagem que retrata a professora inicia sua fala apresentando o tema do dia e questionando seus alunos sobre o que estes as pretensões desses quanto a carreira que pretendem seguir.

Ao longo das exposições dos alunos em retorno a pergunta da professora, uma estudante diz desejar se tornar uma exímia jogadora de futebol, ao que um segundo discente assevera: “(...) meninas não podem jogar futebol.”. Essa tratativa, dispensada aos sonhos de uma das colegas, gera grande comoção entre a turma. A conclusão da tirinha se dá com a conclusão de que o exposto pelo aluno se trata apenas de um preconceito infundado e historicamente enraizado.

Com uma proposta curta e objetiva, a tirinha traz dois conceitos fundamentais: gênero e estereótipos, a partir dos quais o docente interessado pode iniciar uma exploração mais profunda e significativa dos impactos sócio-histórico-culturais dessas idealizações. Nas imagens a seguir está contida a HQ em sua versão final e integral.

FIGURAS 3, 4 e 5: Tirinha Transgredindo Estereótipos



Fonte: Arquivo Pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições apresentadas neste artigo, assim como os recursos didáticos pedagógicos expostos, têm o objetivo de atuar como inspiração de práticas e como um convite a ação para o trabalho com a Educação Sexual em salas de aula da educação elementar no Brasil.

Acreditamos que a Educação Sexual no país, para além de seu aporte teórico, precisa estar presente nas escolas e alcançar alunos em uma perspectiva de prevenção de prevenção de abusos e é importante ressaltar que, é por meio da escolarização básica que crianças e adolescentes conseguem interpretar de forma crítica e consciente os fenômenos sociais e, inclusive outras influências que os rodeiam, logo, a educação sexual formal pode ser entendida como uma chance de comunicação científica para descortinar e combater ideias rasas, pensamentos conservadores e Fake News sobre a oferta desse componente para a formação desses indivíduos. A oferta de disciplinas que versam sobre a temática nos cursos de licenciatura, como a aqui apresentada, é urgente dada a relevância social do ensino da sexualidade. É preciso equipar os futuros docentes com conhecimentos e ferramentas pedagógicas para que possam atuar com segurança e de forma significativa na promoção de uma educação sexual emancipatória.

Em suma, o estudo e recursos apresentados é um convite à reflexão sobre as responsabilidades e possibilidades para o trabalho docente, trabalho que pode ser realizado por educadores com apoio da gestão escolar e, em comunicação com os familiares para que, inclusive, tais práticas pedagógicas não venham a sofrer censuras por parte dos familiares. Se a escola é o lócus onde se manifestam as primeiras pulsões sexuais dos estudantes, suas curiosidades, não se pode enxergar os estudantes como sendo dotados apenas de uma racionalidade em detrimento de um corpo que sente, que pulsa, que deseja, e é por isso que os estudantes devem ter acesso às condições necessárias para uma aprendizagem e conhecimentos críticos e significativos acerca de temas como gênero, prevenção de abusos, gravidez, ISTs, métodos contraceptivos, sexismo, assédio, emoções e tantas outras possibilidades de debates e conhecimentos sendo todos esses temas possíveis de serem apresentados em recursos didáticos lúdicos e apropriados para cada faixa etária.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. *Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p. 63–74

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 19 mar. 2025.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão*. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 19 mar. 2025.

BUTLER, Judith. *Regulações de gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 42, p. 249–274, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CORRENT, Nikolas. *História oral & história das mulheres: entre silenciamentos e memórias*. História e Cultura, v. 11, n. 1, p. 325–339, 2022. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3558>. Acesso em: 19 mar. 2025.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

JABLONKA, Ivan. *Homens justos: do patriarcado às novas masculinidades*. Tradução de Júlia da Rosa Simões. São Paulo: Todavia, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERROT, Michelle. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. Cadernos Pagu, n. 4, p. 9–28, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Gramsci, Turner e Geertz: o fim da hegemonia do PT e o golpe*. Revista de Antropologia da UFSCar, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 11–19, 2016. DOI: 10.52426/rau.v8i2.162. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/162>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VICENTE, Luciane da Silva. *A educação sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática*. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5559. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5559>. Acesso em: 19 mar. 2025.

XIMENES, Salomão. *O que o direito à educação tem a dizer sobre “escola sem partido”*. In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49–58.